EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (ESCA): ANÁLISE DO ENFRENTAMENTO SOB UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA.

CHILDREN AND ADOLESCENTS' SEXUAL EXPLOITATION (ESCA): ANALYSIS OF CONFRONTING IN A HISTORICAL PERSPECTIVE.

*Adriana Grossi Dornelas*¹

*Jéssica Mayara Vieira Coelho*².

*Orientação: Prof. Waidd Francis de Oliveira*³.

Resumo: A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCA) no Brasil abarca dimensões alarmantes, sobretudo na forma de comercialização e tráfico humano para outros países. Estes crimes ocupam o terceiro lugar no ranking mundial dos crimes mais lucrativos, abaixo apenas do tráfico de drogas ilícitas e do tráfico de armas de fogo. O objetivo deste estudo é verificar a evolução de leis em defesa da criança e do adolescente, vítimas da exploração, e informar características das pessoas envolvidas, além dos danos causados e os traumas para as vítimas. A presente pesquisa tem natureza básica, com abordagem quantitativa e objeto descritivo, sendo elaborada a partir de material já publicado, ou seja, é uma pesquisa bibliográfica com abordagem indutiva.

Palavras-chave: Exploração Sexual – história da infância – comércio sexual.

Abstract: In Brazil, the children and adolescents' sexual exploitation take alarming dimensions, mainly when it comes to smuggling and human trafficking. All over the world, these crimes are considered the third out of ten most lucrative crimes, losing only for drug-trafficking and the illegal trade in arms. This study main goal is to observe the law evolution for the defense of children and adolescent who have been victims of this exploitation crime, besides informing the characteristics of the people involved and traumas and loss caused in the victims. This research has a basic nature, a quantitative approach and a descriptive object. It's been elaborated from previous published materials, which means, it's a bibliographic research with inductive approach.

Keywords: children and adolescents' sexual exploitation - history of childhood - sex trade.

Introdução

“A pesquisa é uma atividade científica pela qual descobrimos a realidade”

(DEMO, 1987, p. 23).

¹ Graduanda em Direito pela Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete-FDCL.

² Graduanda em Direito pela Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete- FDCL.

³ Professor de Direito Constitucional e Coordenador do Núcleo de Extensão e Pesquisa da Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete - FDCL. Mestre em Direito. Especialista em Filosofia. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete-FDCL.

O presente trabalho decorre de um projeto de iniciação científica da Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete (FDCL), “Projeto ECA nas Escolas”, sob a atuação das alunas Adriana Grossi Dornelas e Jéssica Mayara Vieira Coelho, juntamente com a orientação contínua do Prof. Waidd Francis de Oliveira.

O estudo do tema escolhido ganha relevância devido à gravidade do crime de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCA), bem como a existência de pouca bibliografia relacionada à temática. Nesse sentido, faz-se necessária a contribuição de pesquisadores para a ampliação da discussão relativa à exploração sexual infantil, pretendendo-se com este trabalho averiguar o desenvolvimento dos direitos em prol da criança e do adolescente vítima de abuso sexual ao longo da história.

Hodiernamente, vê-se na mídia a divulgação da questão da exploração sexual de crianças e adolescentes, inclusive, do tráfico dos mesmos, porém o estudo científico sobre tal exploração é recente no Brasil e no mundo. As primeiras denúncias no Brasil de casos envolvendo exploração sexual infantil surgiram em 1980 e se intensificaram, presumidamente, com a publicação do livro “Meninas da noite: a prostituição de meninas escravas no Brasil”, de Gilberto Dimenstein em 1992. A partir daí, vários segmentos da sociedade se mobilizaram, culminando na instauração, em 1993, da Comissão Permanente de Inquérito sobre a Prostituição Infantil - CPI da Prostituição Infantil, considerada a mais longa de todos os tempos.

Durantes as sessões da CPI, avaliou-se denúncias contra uma rede de exploração sexual onde das 250 pessoas indiciadas 70 já haviam sido processados por envolvimento em crimes de exploração sexual, dos trabalhos daquela ainda derivou-se a criação de um relatório com sugestões para a alteração do código penal nas penas de crimes sexuais.

A datar de 1996, os trabalhos se intensificaram a um nível internacional. A começar pelo Tratado da União Européia, seguido do I Congresso Mundial, realizado em Estocolmo, no ano de 1998, ambos sobre a Exploração Sexual da Criança e do

Adolescente. Tais reuniões levaram a criação no Brasil do “Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil”, possibilitando que o tema em questão fizesse parte da agenda pública nacional, consolidando, assim, ações regionais para o enfrentamento dessa violência.

A batalha por justiça ainda vem sendo travada, a violência sexual, a exploração e o comércio de crianças e adolescentes para fins sexuais são problemas sociais graves, uma epidemia que implica em subjugar pessoas incapazes de se defenderem, podendo deixar sequelas por toda a vida, além de expô-las a grandes riscos de contração de doenças sexualmente transmissíveis. Essa violência, em suas formas de comercialização e tráfico de crianças e adolescentes para outros países, encontra-se em terceiro lugar no ranking mundial dos crimes mais lucrativos, perdendo apenas para o tráfico de drogas ilícitas e de armas de fogo.

1. História da Infância antes do reconhecimento da criança como sujeito de direitos

A introdução precoce da criança e do adolescente na atividade sexual é inveterada na história da humanidade. Na Grécia Antiga, por exemplo, tal atividade consistia numa forma de transição, uma iniciação para a vida adulta, onde parceiros bem mais velhos e do mesmo sexo interagem sexualmente com jovens antes mesmo de estes conhecerem o sexo oposto.

É oportuno comentar que nem sempre as crianças tiveram seus direitos reconhecidos pela sociedade. A ideia de que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos especiais é relativamente nova, sendo antes tratados como adultos, exercendo profissões e sendo iguais aos que já possuíam o desenvolvimento físico e mental formado em sua vida civil. Nesse sentido, as crianças não possuíam o reconhecimento de suas características tão singulares como a vulnerabilidade, dependência e fraqueza tão naturais à idade prematura.

As leis do oriente antigo demonstram total desamparo jurídico à criança e, em contrapartida, severidade nas punições dos filhos como, por exemplo, o decepamento da mão, a extração dos olhos e o corte da língua se agissem contra o pai, que possuía a autoridade de julgar e decidir pela vida ou pela morte dos membros do seu lar. Os filhos, durante a menoridade, não eram considerados sujeitos de direito, mas, por outro lado, os adultos que agiam contra alguém de pouca idade não recebiam punição tão dura. Se um homem livre mantivesse relação sexual com sua filha era punido apenas com a expulsão da cidade, segundo previsto no artigo 154 do Código de Hamurabi (1728/ 1686 a. C.).

Em Roma, no tempo dos Césares, há relato de que um deles se retirou para a ilha de Capri com várias crianças consideradas seus objetos sexuais. Estas eram obrigadas a satisfazer a libido do imperador por meio de práticas diversas.

Na Idade Média, a partir do momento que uma criança fosse capaz de sobreviver sozinha, no sentido mais restrito da palavra sobreviver, era integrada no mundo adulto. Havia crianças que eram educadas pelos monges do mosteiro até os quinze anos de idade.

Nas palavras de Philippe Ariès, historiador francês, medievalista, por volta do século XII as crianças e os adolescentes eram verdadeiros adultos em miniatura. Nesse sentido afirma:

“... Como a escola e o colégio que, na idade média, eram reservados a um pequeno número de clérigos e misturavam as diferentes idades dentro de um espírito de liberdade de costumes, se tornaram no início dos tempos modernos um meio de isolar cada vez as crianças durante um período de formação tanto moral como intelectual de adestrá-las da sociedade dos adultos”. (ARIÈS, 1981, p.165).

No entanto, encontram-se códigos jurídicos datados da Alta Idade Média, onde já se defendiam um tratamento diferenciado para com os menores de 15 anos, mas sem muitas garantias obviamente. A Regra de São Bento, por exemplo, descrevia a diligência

na disciplina, pregava, entre outras coisas, que as crianças não deveriam apanhar sem motivo algum. Já no que se refere da sexualidade, o autor medievalista reitera:

“A infância era ignorada. As crianças eram tratadas com liberdades grosseiras e brincadeiras indecentes. Não havia sentimento de respeito e nem se acreditava na inocência delas. Nos dias de hoje isso nos choca, diferente daquela época, onde era perfeitamente natural. A pedofilia fazia parte dos costumes daquele período, brincadeiras sexuais entre crianças e adultos. Elas ouviam e viam tudo que se passava no mundo dos adultos. Acreditavam que se as crianças fossem muito pequenas, esses gestos não teriam consequências, pois se neutralizariam, e se fossem maiores esses jogos não seriam feitas com segundas intenções, pois eram apenas brincadeiras. O uso da mesma cama era hábito comum em todas as camadas sociais, a liberdade de linguagem também era natural naquela época.” (ARIÈS, 1981, p. 128)

No Brasil Colônia, também era comum a situação de descaso com a população infantil. As primeiras crianças que aqui chegaram, vieram na condição de órfãos do rei com a incumbência de se casarem com os súditos da coroa ou para atuarem em trabalhos braçais nas embarcações com o objetivo de ajudar a fomentar o sistema mercantilista existente. Durante as viagens, dentro das embarcações, as crianças sofriam maus tratos e abusos sexuais dos marujos, que utilizavam a desculpa da falta de mulher a bordo. Já no caso de algumas jovens terem de chegar ao destino sem serem violadas, estas eram encarceradas dentro do navio, seguindo assim por toda a viagem. Em caso de naufrágio, todas as crianças eram abandonadas no navio, dependendo de sua situação. Este quadro só iria começar a mudar em meados do século XVI, quando chega ao Brasil a Companhia de Jesus. Esta passou a desempenhar a função de defesa dos direitos infanto-juvenis até o século XX. Neste período as crianças eram tidas como propriedade da Igreja Católica, a qual dava assistência aos pobres e abandonados, sobretudo crianças, por meio das Santas Casas de Misericórdia.

Durante a fase escravagista do Brasil, nas senzalas, senhores se deitavam com negras virgens de dez anos, que eram abusadas cada vez mais cedo, chegando ainda, depois de um tempo, explorar sexualmente as filhas dessas mesmas pessoas. Muitas negras até os nove anos de idade eram desvirginadas não apenas para a satisfação da libido do senhor de terras, mas também pelo mito que esta prática era remédio para a sífilis. Ainda hoje, em países mais pobres, vê-se por mais incrível que pareça, a criança esquecida e ao mesmo tempo exposta a constante perigo. Por exemplo, no continente africano existe uma crença de que a relação

sexual quando mantida com crianças evita a contaminação, ou mesmo, curam o portador do vírus da imunodeficiência humana (HIV), aumentando o risco de incesto e estupro, além da contaminação.

Ainda no final do século XVII, a criança e o adolescente não mais eram associados à imagem de jovens adultos, distinguiam-se na aparência e no modo como eram vistos, primeiramente como animais de estimação que eram usados para entreter os pais, em seguida como extensão destes, surgindo mais tarde o retrato de família.

Anos mais tarde, Robert Darnton, historiador estadunidense, descreveu a situação das crianças no século XVIII:

“Famílias inteiras se apinhavam em uma ou duas camas e se cercavam de animais domésticos, para se manterem aquecidos. Assim, as crianças se tornavam observadoras participantes das atividades sexuais de seus pais. Ninguém pensava nelas como criaturas inocentes, nem na própria infância como uma fase diferente da vida, claramente distinta, da adolescência, da juventude e da fase adulta por estilos especiais de vestir e de se comportar.” (DARNTON, 2010, pág. 45 a 47).

Nessa época, a criança pequena era tratada como o centro das atenções sendo-lhe tudo permitido. Porém, quando a criança atingia os sete anos de idade, já-lhe era cobrada uma postura diferenciada, com responsabilidades e deveres específicos dos adultos. Estes, por sua vez, com o pretexto de disciplinar e moldar as crianças afastando-as das más companhias criaram os castigos, a punição física e os espancamentos, responsáveis pela morte de metade das crianças em Londres, nos anos entre 1730 e 1779, todas com menos de cinco anos de idade.

Já advertia ROUSSEAU, em 1762, na sua obra *Emílio ou Da Educação* (1999, pág. 76): “Se o homem é um ser forte e a criança é um ser fraco, não é porque o primeiro tem mais força absoluta do que o segundo, mas porque o primeiro pode naturalmente bastar a si mesmo e o outro não.” E, ainda, reitera:

“A natureza quer que as crianças sejam crianças antes de serem homens. Se quisermos perverter essa ordem, produziremos frutos temporões, que não estarão maduros e nem terão sabor, e não

tardarão em se corromper; teremos jovens doutores e velhas crianças. A infância tem maneiras de ver, de pensar e de sentir que lhe são próprias; nada é menos sensato do que querer substituir essas maneiras pelas nossas, e para mim seria a mesma coisa exigir que uma criança tivesse cinco pés de altura e que tivesse juízo aos dez anos.(sic)” (ROUSSEAU, 1999, pág. 86)

Nos Estados Unidos da América, no começo do século XIX, precisamente no ano de 1874, em Nova York, um fato se tornou marcante por ilustrar o tratamento que era dispensado às crianças naquela época. Mary Ellen Wilson, como é conhecido O Caso, conta a história de Mary, que foi abandonada por sua mãe e, com a morte de seu pai durante a Guerra Civil, passou a ficar sob os cuidados de sua madrasta e do marido. Essa menina passou a ser vítimas de maus tratos, sendo alimentada a pão e água, além de ter sido por eles acorrentada a uma cama. Como não havia, na época, leis e uma entidade que zelasse pelas crianças, Mary Ellen foi defendida por uma lei de proteção aos animais.

Apenas em meados do século XIX, quando são reconhecidas como indivíduos próprios, dignas de investimentos afetivos, as crianças e os adolescentes recebem a devida atenção para com suas necessidades básicas como a saúde, educação e bem estar vindas a partir da influência da Europa, anos antes, com as grandes Ordens Religiosas que pregavam a educação separada para assim preparar a criança para a vida adulta. Mas vale lembrar, que um dos principais motivos da mudança do papel da criança na sociedade foram os processos sociais e econômicos, o capitalismo.

As classes de poder aquisitivo no Brasil, classe média e alta, começaram a ver seus filhos como continuidade de seus projetos de acumulação de patrimônios, enquanto que nas classes pobres, que não mais vivia da agricultura familiar, encontrava-se o peso de conseguir dinheiro suficiente para alimentar a prole numerosa após a migração para a grande cidade. A infância passa a ser objeto de preocupação da sociedade que as preparava para o futuro. Assim, a criança e o adolescente passam a ser vistos como o futuro da sociedade, sua continuidade.

Entre o fim do século XIX e início do século XX, em decorrência da situação econômica precária das famílias, várias indústrias no Brasil se aproveitavam da mão

de obra barata da infância nos mais variados tipos de serviços. A mesma situação forçou meninas a arrecadarem dinheiro pela venda de seus corpos com propósito sexual a fim de satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência próprias e da família. Mesmo com essa lamentável situação, as denúncias das práticas de violência e exploração vieram pouco antes da década de 1990.

2. Início da mobilização internacional na luta pelos direitos da criança

Somente no final do século XIX e início do século XX é que vários movimentos sociais começaram a lutar na defesa das crianças. Os dois principais fatores propícios para fomentar mudanças atinentes à proteção das crianças foram: a reivindicação da classe operária devido às más condições de trabalho, em que haviam muitas crianças envolvidas; e as consequências nefastas para as crianças dos horrores da Primeira Guerra Mundial. Este último foi preponderante, visto que depois da referida guerra a sociedade se deparou com muitas crianças órfãs e abandonadas em virtude da morte de seus pais.

Diante dessa situação, a “União Internacional Salve as Crianças” elaborou a Declaração de Genebra, cuja proposta foi apresentada à Assembleia Geral das Nações Unidas. Com o fim da primeira e segunda Guerra Mundial, surge, posteriormente, a Declaração dos Direitos do Homem. E com base em seus princípios, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Declaração dos Direitos da Criança, em 1959, sendo este documento considerado divisor de águas, pois até então as crianças não eram consideradas sujeitos de direito.

No entanto, tal declaração, assim como toda declaração de direitos, não era dotada de coercibilidade, sendo necessário, então, um novo documento que tivesse tal característica. Com isso, foi promulgada a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, aprovada por unanimidade pela Assembleia Geral das Nações Unidas em, 20 de novembro de 1989, conhecida também como Convenção de Nova York.

Essa Convenção teve o maior número de ratificações e adesão mais rápida do planeta. Consagrou em seu texto a doutrina da proteção integral, que estabelece que as crianças sejam sujeitos de direitos especiais, devendo ser protegidas por se encontrarem em um processo de desenvolvimento que as fazem merecedoras de prioridade absoluta contrapondo ao tratamento social excludente da criança e do adolescente. O Brasil ratificou a convenção com a publicação do Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, transformando-a em lei interna.

3. O problema da exploração sexual infantil no contexto atual

O crime de exploração sexual é um grave problema social, conhecido pela população brasileira a partir da década de 1980 com a disseminação do paradigma dos direitos da criança e do adolescente. Antes disso muitas crianças eram severamente exploradas dentro de casa pela própria família em vários sentidos, isto revela que nem sempre a criança e o adolescente tiveram o respeito necessário ao seu desenvolvimento sendo dominados por sua idade inferior.

A exploração sexual é dada de várias formas, tanto para satisfazer o autor do crime sexual contra crianças e adolescentes, quanto para servir de meio para o aliciador lucrar na forma de escravidão contemporânea, esta podendo ser dentro do território ou mesmo na forma de tráfico humano. É fato que, a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, onde a criança é tratada como objeto de prazer sexual e mercadoria, é o terceiro crime mais lucrativo do mundo, abaixo apenas do tráfico de drogas ilícitas e de armas de fogo, sendo difícil a mudança deste quadro pelas raízes e causas deste problema tão complexo que vão além da atuação externa.

O Instituto Interamericano da Criança, organismo internacional criado em 1927 e autenticado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1949, dispôs quatro modalidades de exploração sexual comercial: Prostituição Infantil; Tráfico e venda de crianças para propósitos sexuais; Pornografia Infantil; e Turismo sexual. Todos estão inteiramente relacionados exercendo influência uns nos outros, gerando

assim, um ciclo vicioso difícil de ser cessado. Isso ocorre devido à identificação do nexo de causalidade destes crimes, muitas vezes, são influenciados por mais de um evento, podendo ser interno (dentro da família ou grupo) ou mesmo externo.

Internamente, a família desestruturada constrói aberturas para a violência, presente dentro de casa, por seus membros ou por pessoas próximas que convivam no espaço familiar. Esse fato exerce influência sob o fenômeno da exploração sexual e tem peso no processo de vulnerabilidade da criança e do adolescente de forma que estes não encontram recursos para se contraporem às ameaças do mundo exterior. Havendo um rompimento de vínculos familiares, há uma ausência na proteção da criança, aumentando dessa forma, o risco que ela tem de ser vítima das redes de exploração sexual.

Além do desencadeamento interno causador da violência, há um agente externo propício a situação de exploração sexual comercial infantil que é o fator econômico da família da criança ou adolescente. Infelizmente, percebe-se que mesmo onde há garantias legais os direitos não são plenamente exercidos. O acesso a justiça e o atendimento nos casos de violência não são igualitários, ou seja, com o reflexo da desigualdade social, ainda presente nos dias de hoje, a possibilidade de resistência de pessoas ou grupos subjugados são limitadas inclusive no nível do Direito e das políticas públicas. A miséria e a pobreza ainda são barreiras para tornar os direitos garantidos e faz com que pessoas sejam inferiorizadas, não tenham importância e em algumas partes do país, além de serem exploradas na mão de obra, podem ser escravizadas e até mesmo dominadas pelos mais fortes aquisitivamente.

A tomada de conhecimento da população brasileira a cerca do assunto da exploração sexual de crianças e adolescentes, como visto, é recente. Além disso, a exposição de produções de pesquisas teóricas, livros ou levantamentos de dados a respeito do assunto demoraram cerca de trinta anos e, ainda hoje, a quantificação de casos é de difícil precisão devido ao tipo do ilícito que está ligado a uma poderosa rede de crimes. A importância da ampla discussão sobre o assunto, sobretudo pela mídia, faz com que a população se conscientize, passando a exigir mais mudanças políticas nesse sentido.

A mobilização das pessoas pelo assunto veio por ações de organizações não governamentais e associações de apoio a criança e ao adolescente, que viam o problema de forma ampla, juntamente com a CPI da prostituição infantil, realizada no ano de 1993, que avaliou denúncias contra uma rede de exploração sexual que envolvia dois pais de santo, três pastores evangélicos, doze vereadores de vários estados, um deputado da Paraíba, dois prefeitos municipais, sendo um de Goiás e outro de Minas Gerais, um vice-governador do estado do Amazonas, quatro juízes etc. todos acusados de aliciamento de menores onde das 250 pessoas indiciadas 70 já haviam sido processados por envolvimento em crimes de exploração sexual. O trabalho da CPI ainda abrangeu a criação de um relatório com sugestões para a alteração do código penal nas penas de crimes sexuais.

3.1. Exploração sexual comercial

Várias são as causas para a inserção dos menores no comércio lucrativo do sexo. Nessa perspectiva, Maria Lúcia Pinto Leal aduz:

“De acordo com estudos e pesquisas desenvolvidos no Brasil sobre esta temática, nas últimas duas décadas, observa-se que o segmento infanto-juvenil envolvido no mercado do sexo, apresenta as seguintes características: em sua maioria é de classes populares; participa de fluxos migratórios (das pequenas para médias, grandes capitais e fronteiras); engajamento no trabalho infantil e doméstico; pode ser identificado no segmento de população de rua; muitos deles já são pais e mães; há diversidade sexual; vivência tanto no consumo de bens sociais como no tráfico de substâncias entorpecentes; transita em diferentes relações de exploração pelo mercado de trabalho; e apresenta baixa inclusão nas políticas públicas.” (LEAL, Maria Lúcia Pinto. [S.d.]. p. 2).

A migração para outras cidades em busca de sobrevivência pode ser vista como agravante, tendo em vista que nem sempre se consegue uma vaga no mercado de trabalho, contribuindo, assim, para o aumento da pobreza, da exclusão social e a diminuição do poder representativo destas pessoas no mercado de consumo. Isso

ocorre devido a baixa escolaridade, ou sendo esta de qualidade inferior. Dados apresentados em 1997, pelo “Fundo Cristão para Crianças” (CECRIA), organização não governamental, confirmam este fato e, ainda, profere que a maioria das vítimas de abuso e exploração sexual era, até a data do levantamento, afro descendente do sexo feminino.

Isto ocorre, muitas vezes, por pais que vêem tal comércio como forma de sustento, solução de problemas financeiros, servindo aqueles de aliciadores para o mercado sexual ilegal ou mesmo entregando as crianças aos vigilantes de redes de exploração sexual comercial com promessas de emprego e envio de dinheiro. Todavia, estes pais, muitas vezes, nem sempre sabem o real propósito da compra, como se pode observar no início do filme Anjos do Sol de Rudi “Foguinho” Lagemann, que apesar de ser ficção é baseado em relatos de crianças e adolescentes que foram vítimas concretas deste crime.

Com a temática em questão, pode-se ainda, mencionar outros filmes que demonstram de formas diferentes o acesso do agressor sexual na vida da vítima: “**Canto de Cicatriz**”, documentário de Laís Chaffe com Ingra Liberato, Brasil, 2005; “**Confiar**”, filme de David Schwimmer, EUA, 2010; “**Preciosa – Uma história de Esperança**”, de Lee Daniels, EUA, 2009; “**Abuso Sexual**”, de Donald Wrye, EUA, 1994; “**Festa de Família**”, de Thomas Vinterberg, Dinamarca, 1996; “**Lolita**”, de Adrian Lyne, EUA, 1962; “**Marcas do Silêncio**”, de Anjelica Huston, EUA, 1996; “**O Inferno de São Judas**”, de Aisling Walsh, Irlanda/Reino Unido/Dinamarca, 2003; e “**O Silêncio de Melinda**”, de Jessica Sharzer, EUA, 2004.

4. Agente e vítima nos crimes de exploração sexual infantil

A violência sexual contra a criança e o adolescente se caracteriza pelo jogo sexual em que o adulto submete a criança para se satisfazer sexualmente. Este se utiliza da força física, por ameaça ou coerção, ou mesmo pela sedução com palavras ou promessas de recompensas. O autor do crime pode ser um estranho, um conhecido

da família que conviva no espaço doméstico ou mesmo um parente, caracterizando este último como violência sexual intrafamiliar que pode ser dada também por omissão.

Para entender melhor como se dá a exploração sexual infantil é necessário examinar as pessoas envolvidas nesse crime.

Percebe-se que o agressor vê a vítima não como uma pessoa, mas como um objeto de satisfação pessoal. Porém, a primeira coisa que se pensa a respeito do autor de crime sexual contra crianças e adolescentes é que, provavelmente, ele seria doente ou que teria algum tipo de transtorno. Mas não, na maioria dos casos o autor de crimes sexuais contra menores de idade não são pedófilos. Grande parte das pessoas que abusaram de crianças de baixa idade estava apenas se aproveitando de alguma situação casual, e é exatamente nisto que estas pessoas se diferenciam do pedófilo, o qual possui alto grau de reincidência.

Na pedofilia há uma redução na capacidade de determinação que estabelece o nexo causal. Apesar de a perversão ter um caráter compulsivo e impulsivo sobre o pedófilo, este é capaz de entender como crime os atos que pratica. Esse é um dos motivos da pedofilia não ser vista como uma doença, mas sim, como um transtorno, não podendo o pedófilo se beneficiar com o artigo 26 do código penal (CP), que diz sobre a imputabilidade penal da pessoa com doença mental ou desenvolvimento retardado ao tempo da ação ou omissão que a tornaria inapta para entender o caráter ilícito do ato ou mesmo a faria agir sem o discernimento suficiente. Porém, não há pena específica para o agente com tal transtorno, sendo a ação criminosa enquadrada no Título VI do CP.

O pedófilo não possui motivação para a mudança de seu comportamento, não sente remorso e nem culpa pela prática de seus atos, chegando, até mesmo, a acusar sua vítima como culpada pelo acontecido. Assim, considera-se a pedofilia um desvio talvez explicado pela infância vivida pelo transtornado. O desvio sexual em questão não tem cura, pois não há alterações orgânicas, sintomas psicóticos ou alterações cognitivas que caracterizam uma doença, logo, não há remédio hábil para mudar a personalidade, ou mesmo impedir que o sujeito realize o crime novamente.

Já a vítima, a criança ou o adolescente, é a única que realmente sofre com consequências físicas e psicológicas e prováveis sequelas que podem permanecer durante sua vida inteira. A criança ou adolescente vítima da exploração sexual sofre com a perda da auto-estima, além da ausência de confiança em outras pessoas e, muitas vezes, são discriminados e estigmatizados pela violência que sofreram sem que fossem culpados. Há, assim, um prejuízo enorme na formação da identidade que facilita a permanência destes na exploração e dificulta na elaboração de projetos diferentes para o próprio futuro. Além de os tornarem, suscetíveis a absorção de más influências do meio. Nos dizeres de Jean- Jacques Rousseau em seu livro Emílio ou Da Educação (1999, pág. 53): “Toda maldade vem da fraqueza.”.

As vítimas em situação de abuso sexual possuem algumas características psicológicas que podem ser úteis para seu reconhecimento, mudanças súbitas e extremas, como distúrbios alimentares e afetivos, pesadelos, comportamentos agressivos ou autodestrutivos, medo, perda de interesse pelos estudos e brincadeiras, visão distorcida de si mesmo, ideias suicidas ou homicidas e automutilação. Em crianças pequenas, além dessas consequências, o conhecimento sobre sexo é um forte indício. No caso de características ou mudanças físicas, são comuns os casos de alterações hormonais, hemorragias nos órgãos sexuais, dores ao urinar ou evacuar, infecções genitais, vômitos e dores de cabeça sem explicação médica. Pode haver alterações das características ou sequelas citadas de acordo com o tipo de abuso sofrido e o tempo de duração do mesmo.

O abuso sexual na infância sozinho já é considerado um fator de risco suscetível a um comportamento delinquente com maior prevalência entre os abusadores sexuais reincidentes. Identificou-se recentemente a relação de diversas parafilias ao abuso continuado na infância: quanto mais frequente e persistente a exploração, piores são os problemas psicológicos, de comportamento e nos relacionamentos, ou seja, forma-se um círculo continuado. Aliás, o abuso sexual na infância é visto também como possível vitimização sexual na idade adulta independentemente do abrandamento da família, além de desenvolvimento de psicopatologias futuras, mais comuns no sexo masculino como se vê na maioria dos casos conhecidos de seriais killers.

Não é surpresa que a maioria das pessoas e jovens que cumprem penas resulta de lares caracterizados pelo abuso, pela negligência ou por outras experiências traumáticas.

5. Estrutura normativa de proteção contra a exploração sexual infantil

A criança e o adolescente são protegidos não somente pela Constituição da República Federativa do Brasil e suas leis complementares, leis ordinárias, decretos e resoluções dentro do ordenamento jurídico do país, mas também, por leis esparsas, acordos, tratados e convenções internacionais assinados pelo Brasil. Das leis de autoria interna, encontra-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

É importante enaltecer o fato de que o Brasil foi o primeiro país a editar uma lei especial para proteção integral da criança e do adolescente, o ECA. Este determina, entre outros, o dever que têm a família, a comunidade e a sociedade juntamente com o poder público de assegurar a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária das crianças e dos adolescentes.

De acordo com a Rede de Informações sobre Violência Sexual contra Crianças e Adolescente (RECRIA), o ECA influenciou mais de 15 reformas legislativas, sobretudo nos países latino-americanos. Com a promulgação do referido estatuto, criou-se um sistema de justiça e segurança específicos para a proteção dessa minoria, tais como os Conselhos Tutelares, Juizados da Infância e da Juventude, núcleos especializados no Ministério Público e na Defensoria e as Delegacias especializadas. Esta última é considerada determinante para a visibilidade da violência em questão.

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, em seu art. 227, declara a obrigação de todos colocarem a criança e o adolescente a salvo de toda forma de

negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, além de ditar que a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual das mesmas.

No código penal, a punição pelos crimes de exploração sexual e comercial de menores de idade é dada a partir do título VI - Dos Crimes contra a Dignidade Sexual – onde se trata de crimes específicos como Estupro de Vulnerável (menor de quatorze anos, reclusão de 8 a 15 anos), Satisfação de Lascívia mediante presença de criança ou adolescente (reclusão de 2 a 4 anos). Não tendo, porém, forma específica para todos os tipos de crime de exploração sexual de crianças e adolescentes, limita-se a interpretação analógica de tipos penais já existentes como, por exemplo, Favorecimento da prostituição ou “outra” forma de exploração sexual de vulnerável (reclusão de 4 a 10 anos), além do disposto no capítulo V, do mesmo Título, que trata também do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou “outra” forma de exploração sexual (quando interno reclusão de 2 a 6 anos e quando internacional reclusão de 3 a 8 anos).

Como já visto, além de leis internas, há também, as convenções e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, como o Pacto de San José da Costa Rica, Declaração dos Direitos da Criança, Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, a Proteção e Desenvolvimento das Crianças nos anos 90, Diretrizes de RIAD. Todos ajudaram na aplicação dos direitos que a criança e o adolescente possuem atualmente descritos no Direito Brasileiro.

É importante ressaltar que o termo criança empregado nas discussões internacionais está de acordo com o artigo 1º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança: “Para efeitos da presente convenção considera-se como criança todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioria seja alcançada antes.” Isso quer dizer que “criança”, nos termos dessa convenção, abrange o que no Brasil é designado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, como sendo: criança a pessoa até 12 anos incompletos, e adolescentes aqueles entre 12 e 18 anos.

6. Congressos internacionais

Em 1996, foi realizado o Primeiro Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Estocolmo, na Suécia, em que ficaram definidos como crimes contra a humanidade os crimes de exploração sexual contra crianças e adolescentes, pornografia, turismo sexual e tráfico de pessoas para fins sexuais. Esse congresso foi o primeiro encontro mundial que reuniu líderes, governos, agências, organizações não governamentais e jovens, e teve como resultado a Declaração de Estocolmo e a Agenda para Ação, adotada em 122 países.

O Segundo Congresso ocorreu em Yokohama, Japão, em 2001, e reuniu 136 países e 209 organizações mundiais, além de jovens que foram vítimas de exploração sexual, os quais relataram suas experiências de vida e seus sofrimentos, comovendo os congressistas. Como consequência desse Congresso, ocorreu o reforço das parcerias entre os países e o comprometimento pela proteção de crianças.

O tema do terceiro Congresso Mundial realizado no Rio de Janeiro, Brasil, em 2008, foi a Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e a sua Proteção contra a Exploração Sexual – Por uma visão sistêmica. O Brasil é reconhecido internacionalmente pelos avanços nas leis de proteção da criança e do adolescente, e a escolha do Brasil para sediar o III Congresso comprova isso. Tal evento determinou indicações importantes sobre a forma que os países irão enfrentar a exploração sexual de crianças e adolescentes.

7. Dados recentes acerca da exploração sexual infantil

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul realizou uma pesquisa com caminhoneiros no Brasil, de outubro a dezembro de 2004, com o objetivo de

compreender os condicionantes da exploração sexual. Dentre os diversos dados obtidos pela pesquisa, concluiu-se também que:

“Quanto à prática de sexo com menores de 18 anos, vale destacar que entre os 239 caminhoneiros entrevistados, 85 (36,8%) afirmaram já ter saído com alguma criança/adolescente. Neste caso, a questão da idade tendeu a ser ainda mais relativizada pelos caminhoneiros. Estes tenderam a justificar sua atitude ou de colegas seus com o argumento de que seria impossível saber a real idade das adolescentes, uma vez que elas mentem quando perguntadas (“*Ela mentiu a idade.*”) ou aparentam ser mais velhas do que de fato são (“*Ela parecia mulher. Era gostosa.*”; “*Ela tinha 17 anos, mas parecia mais.*”). (sic)” (Vários Autores, 2004, P.266)

De acordo com o Estudo das Nações Unidas sobre a Violência contra Crianças, realizado pelo especialista independente brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro, em 2006, as crianças entram nos setores de exploração sexual comercial infantil por várias formas, por coação, rapto, algumas são vendidas e iludidas para se envolverem nessa atividade ou ainda podem ser vítimas do tráfico humano para fins sexuais. Estima-se que o número de crianças nesta situação é de um milhão. O mais grave é que meninos e meninas além de serem explorados sexualmente, ainda são vítimas de violência física, psicológica e de negligências. Para piorar ainda mais a situação, quando estes procuram ajuda podem ser estigmatizados e tratados como criminosos com risco de serem privados de suas liberdades com pouca chance de reparação da situação em que vivem.

Ademais, foi realizado no Brasil um mapeamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes. Tal mapeamento foi viabilizado pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, juntamente com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Childhood Brasil e as empresas do Programa “Na Mão Certa” em 2009/2010. Dentre os resultados obtidos, foram constatados 1820 pontos de vulnerabilidade em todo país, sendo 545 no Nordeste; 399 no Sul; 371 no Sudeste; 281 no Centro-oeste e 224 pontos na região Norte.

De acordo com dados da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal sobre a situação de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCA), foram

registradas 27.664 denúncias de ESCA (Disque 100), entre maio de 2003 e março de 2011, distribuídas entre 2.930 municípios, ou seja, 294 denúncias de ESCA/mês.

Entre 2005 e 2010, em uma análise por grupo de 100.00 Habitantes X Região, as maiores incidências foram nas regiões Centro-Oeste com 25% do total, seguida da região Nordeste com 24%. Entre os Estados com maior incidência estão Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Rio Grande do Norte. Já as capitais que lideram o ranking, encontram-se Fortaleza, Salvador e Rio de Janeiro, nesta ordem. E, por fim, os municípios com maiores registros, Rio de Janeiro em primeiro, e empatados em segundo lugar estão Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Bahia.

8. Políticas de enfrentamento

As ações do Governo Federal, em 2004, totalizaram em três programas de dois órgãos federais, quais sejam o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Programa Sentinela e o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR). Em 2010, já se totalizava treze programas envolvendo onze Ministérios do Governo brasileiro, demonstrando que em seis anos, a preocupação em defender as crianças e adolescentes vítimas do crime de exploração sexual havia aumentado consideravelmente.

As Regiões com maiores coberturas das Ações Governamentais são Nordeste com 35,6% e Sudeste com 29,4. Já entre os Municípios, estão Rio de Janeiro e Belém, ambos com o mesmo número de Ações, seguidos por Goiânia, Fortaleza, Recife e Salvador.

Um dado interessante é que, entre as Cidades Sede da Copa de 2014, que já possuem ações nesse sentido, as que concentram maiores esforços são: Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Fortaleza.

Dentre as propostas para o Projeto ao Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, incluem-se: Em cenários de intervenção – rodovias, fronteiras, grandes obra e Copa do Mundo; 100 municípios de maior prevalência no Mapear da Polícia Rodoviária Federal (PRF); fortalecimento dos Conselhos Tutelares; criação de núcleos de atendimento integrado à criança e adolescente vítimas da violência; mobilização de empresários e trabalhadores.

Em 2013, as redes nacionais de proteção dos direitos da infância e da adolescência promoveram no carnaval a campanha: “Brinque o Carnaval sem Brincar com os Direitos das Crianças e dos Adolescentes”, o objetivo foi o de conscientizar a população contra o abuso sexual, com maior incidência nesta época do ano.

De acordo com Alison Sutton, coordenadora de Proteção à Infância e à Adolescência do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a impunidade continua sendo a maior dificuldade para combater a violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. Dentre os aspectos que precisam ser melhorados, ela menciona os sistemas de vigilância e a coleta de dados para subsidiar uma política mais integrada, a qual opere desde a prevenção dos crimes até a condenação dos agressores.

Considerações finais

“De tudo ficaram três coisas: a certeza de que estaremos sempre começando, a certeza de que é preciso continuar e a certeza de que seremos interrompidos antes de terminar. Fazer da interrupção, um novo caminho, fazer da queda, um passo de dança, do medo, um ponto, da procura, um encontro.” (Fernando Sabino, [s.n.t.]).

Com este estudo procuramos analisar a evolução das leis de proteção à criança e ao adolescente, partindo de uma retrospectiva histórica, com início na época em que as crianças não eram consideradas sujeitos de direitos. Assim, primeiramente, verificamos pontos instigantes, como a descrição dos autores Darnton, Rousseau e Ariès, sobre o lugar ocupado pela criança dentro do contexto familiar e na

sociedade, ressaltando o tratamento que era dispensado a elas ilustrando com o incrível caso Mary Ellen Wilson.

Nessa perspectiva, investigamos a “revolução” no conceito da criança e o início da mobilização internacional na luta por seus direitos. A partir daí, detemo-nos ao problema-objeto dessa pesquisa, qual seja, a Exploração Sexual da Criança e do Adolescente (ESCA), e deparamos, então, com um dado alarmante: o comércio e o tráfico internacional de crianças para fins sexuais encontram-se em terceiro lugar no ranking mundial dos crimes mais lucrativos, perdendo apenas para o tráfico de drogas ilícitas e para o tráfico de armas de fogo.

Ao indagar sobre as pessoas envolvidas no crime de exploração sexual infantil, agente e vítima, constatamos, para nossa surpresa que, na maioria dos casos, os autores de crimes sexuais contra menores de idade não são pedófilos, mas indivíduos que se aproveitam de uma situação casual. Depreendemos, assim, que a pedofilia não é uma doença, mas um transtorno de personalidade, por isso, não tem cura. E, no que tange às vítimas, as consequências desse crime podem ser devastadoras para suas vidas, gerando traumas e mudanças comportamentais.

Ao determos à análise da estrutura normativa para proteção contra esse crime, percebemos que o Brasil possui uma das legislações mais avançadas do mundo nessa matéria, sendo pioneiro e influenciando legislações de diversos países da América Latina. Isto, porque a partir do ECA foi possível a criação de instituições especializadas para cuidar desse grave problema social de solução difícil.

E, por fim, destacamos o levantamento de dados feito e disponibilizados pela Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal sobre a situação de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCA) atual no Brasil, além de destacar algumas das políticas viabilizadas para o enfrentamento do crime em questão.

Referências

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução Dora Flaksman. 2º ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

DARNTON, Robert. **O GRANDE MASSACRE DE GATOS** e Outros Episódios da História Cultural Francesa. Tradução Sonia Coutinho. 6º reimpressão. Rio de Janeiro: Edição Graal LTDA, 2010.

DEMO, Pedro; **Introdução à metodologia da ciência**. 2ª Edição. São Paulo. Editora Atlas S.A. 1987.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. **Crianças e Adolescentes no mercado do sexo: Fetichismo & Precarização**. Disponível em <http://matriz.sipia.gov.br/images/acervo/Crianca%20e%20Adolescente%20-%20Fetichismo%20e%20Precarizacao.pdf> Acesso em 25 de março de 2013 [Maria Lúcia Pinto Leal, (Data de publicação não informada), 2013].

MORAIS, Normanda Araujo; SANTOS, Elder Cerqueira; MOURA, Andreína da Silva; VAZ, Marlene; KOLLER, Sílvia. **Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes: Um Estudo com Caminhoneiros Brasileiros**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n3/a04v23n3.pdf> Acesso em 25 de março de 2013 [Vários autores, (2007) 2013].

ROUSSEAU, Jean- Jacques. **EMÍLIO ou Da Educação**. Tradução Roberto Leal Ferreira. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. – (Paidéia)

Bibliografia

ADED, Naura Liane de Oliveira; DALCIN, Bruno Luís Galluzzi da Silva; DE MORAES, Talvane Marins; CAVALCANTE, Maria Tavares. **ABUSO SEXUAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: Revisão de 100 anos de literatura**. Disponível em [www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=60832006000400006). Acesso em 10 de janeiro de 2013 [vários autores, (2006) 2013].

BASTOS, Flávia Lyrio; ZOTTELE, Micaela. **PERFIL SÓCIO – ECONÔMICO DE FAMÍLIAS VÍTIMAS DE PEDOFILIA**. Disponível em

www.univin.edu.br/revista_eletronica/enf/universo-enf-02.pdf#page=79 Acesso em 19 de dezembro de 2012 [Flávia Lyrio Bastos e Micaela Zottele, (2012) 2012].

CONGRESSO MUNDIAL SOBRE A EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL DE CRIANÇAS. Disponível em <http://scholar.google.com.br/> Acesso em 21 de janeiro de 2013.

CPI DA PROSTITUIÇÃO. Disponível em <http://scholar.google.com.br/> Acesso em 21 de janeiro de 2013.

DE CASTRO, Joelíria Vey; BULAWSKI, Cláudio Maldaner. **O PERFIL DO PEDÓFILO:** Uma abordagem da realidade brasileira. Disponível em http://www.ibccrim.org.br/novo/revista_liberdades_artigo/74-ARTIGO Acesso em 21 de dezembro de 2012 [Joelíria Vey de Castro e Cláudio Maldaner, (2011) 2012].

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; SOUSA, Sônia M. Gomes. **A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL:** Reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais. Disponível em <http://books.google.com.br/books?id=gye8NrnqwewC&pg=PA19&lpg=PA19&dq=RENATA+MARIA+COIMBRA+LIBORIO+explora%C3%A7%C3%A3o+sexual+de+crian%C3%A7as+e+adolescentes&source=bl&ots=6lnDh8oQC4&sig=6mLX1jlqO1sgYDzD0NSBDtTbxsE&hl=pt-BR&sa=X&ei=kB8iUYPL04GQ8wShn4HwCA&ved=0CDwQ6AEwAA#v=onepage&q=RENATA%20MARIA%20COIMBRA%20LIBORIO%20explora%C3%A7%C3%A3o%20sexual%20de%20crian%C3%A7as%20e%20adolescentes&f=false> Acesso em 19 de dezembro de 2012 [Vários autores, (2004), 2012].

PINHEIRO, Raphael Fernando. **A EVOLUÇÃO DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.** Disponível em www.conteudojuridico.com.br/artigo_a-evolucao-do-direito-da-crianca-e-adolescente-no-brasil;39697.html Acesso em 11 de janeiro de 2013 [Raphael Fernando Pinheiro, (2012), 2013].

RELATÓRIO FINAL DA OFICINA CECRIA- Fundo de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes. **INDICADORES DE VIOLÊNCIA INTRA FAMILIAR E EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.** Disponível em <http://www.comitenacional.org.br/files/biblioteca/4UNBQDL8ZOT4D5O7KAQN.pdf> Acesso em 21 de dezembro de 2012. [Maria de Fátima Pinto Leal; Maria Auxiliadora César. (1998) 2012].

ROBERTI JUNIOR, João Paulo. **EVOLUÇÃO JURÍDICA DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL.** Disponível em

www.unifebe.edu.br/revistaeletronica/20121/artigo025.pdf Acesso em 22 de janeiro de 2013 [João Paulo Roberti Junior, (2012), 2012].

ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Sanches; **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. 4^o Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

Secretária de Direitos Humanos, Governo Federal Brasil. **RECRIA** - Rede de Informações sobre Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes disponível em http://matriz.sipia.gov.br/images/acervo/Mapeamento2009_2010%201.pdf. Acesso em 25 de março de 2013.

SUTTON, Alisson, *apud*, CHILDHOOD BRASIL; **Impunidade dificulta combate ao abuso e à exploração sexual**. Disponível em http://www.namaocerta.org.br/bol_2501.php. Acesso: 09 de abril de 2013.

UNICEF. **EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**. Disponível em <http://www.unicef.org.br/> Acesso em 20 de janeiro de 2013.

XAVIER, Débora Vanessa. **CRIMES SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS: Pedófilo VS. Molestador sexual**. Disponível em www.psicologia.pt/artigos/textos/AO640.pdf Acesso em 21 de dezembro de 2012 [Débora Vanessa Xavier, (2012) 2012].